



UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ - UVA
UNIVERSIDADE ABERTA VIDA - UNAVIDA

CURSO: PEDAGOGIA

PROFESSOR: TIBÉRIO MENDONÇA

DISCIPLINA:

**FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS
DA EDUCAÇÃO**

INTRODUÇÃO AOS FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS

INTRODUÇÃO AOS FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS

Hoje vivemos num mundo profundamente preocupante, porém, repleto das mais extraordinárias promessas para o futuro. É um mundo inundado de mudanças, marcado por enormes conflitos, tensões e divisões sociais, como também pelo ataque destrutivo da tecnologia moderna ao ambiente natural. Mesmo assim, temos possibilidades de controlar nosso destino e moldar nossas vidas para melhor, de modo inimaginável para as gerações anteriores.

Sociologia é a ciência que estuda as relações entre as pessoas que pertencem a uma comunidade ou aos diferentes grupos que formam a sociedade, ela tem como missão compreender o funcionamento do comportamento coletivo.

É uma ciência que pertence ao grupo das ciências sociais e humanas. O objeto de estudo da sociologia engloba a análise dos fenômenos de interação entre os indivíduos, as formas internas de estrutura (as camadas sociais, a mobilidade social, os valores, as instituições, as normas, as leis), os conflitos e as formas de cooperação geradas através das relações sociais.

A sociologia estuda as relações de formalidade presentes na vida e nas sociedades. Como é relativa aos fatos e à realidade, não determina regras dos estados sociais e das particularidades da conduta humana, porque esse é objetivo da filosofia e ética social. A palavra "sociologia" foi criada por Auguste Comte, mas o conceito surgiu através do pensamento social e filosófico do iluminismo.

A Sociologia nos ensina a observar o mundo a nossa volta sob um novo ângulo. Comportamentos e instituições que aparecem como naturais – como algo que sempre foi igual – aos olhos do sociólogo são fenômenos dotados de influências históricas e sociais. Ser sociólogo é aprender que algumas coisas, que percebemos como experiências individuais, na verdade são ações influenciadas pelo meio social em que crescemos e vivemos. As formas como refletimos essas profundas influências é objeto de estudo da Sociologia. A primeira vista, essa abordagem parece nos destituir de autonomia sobre nossas ações, mas a verdade é que ocorre o contrário. Ao conhecer as forças sociais que atuam sobre a nossa vida, ganhamos mais liberdade para tomar decisões de forma consciente.

A sociologia surgiu no século XIX como disciplina de estudo sobre as consequências de dois grandes acontecimentos, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Por que só no século XIX, se já havia vida em sociedade desde tempos remotos e se muitos dos problemas que a humanidade enfrenta até hoje nos acompanham de longa data? Relações de grupo, formação de instituições, exercício do poder, manifestações e experiências culturais, tudo isso é coisa antiga, mas a sociologia é uma ciência bastante jovem. Por que essa defasagem?

O tempo histórico que permitiu o nascimento da sociologia foi o que sucedeu às duas grandes revoluções ocorridas no século XVIII, a Revolução Industrial e a Revolução

Francesa, cujos desdobramentos alteraram profundamente a vida de homens, mulheres, jovens, crianças e idosos. Essas mudanças provocaram expectativas e incertezas: o que era considerado certo foi caindo em descrédito, o que se julgava válido foi posto em questão. Os valores que orientavam a conduta das pessoas foram perdendo gradativamente seu sentido, sem que houvesse acordo sobre os novos valores que regiam a vida em sociedade dali em diante. Esses eventos causaram profundas transformações econômicas, políticas e culturais na sociedade daquele período, como a divisão do trabalho e o processo de urbanização.

O que resultou em profundas transformações no corpo social. A Revolução Francesa, por exemplo, foi uma luta de classes. Em 1789, a nobreza e o clero detinham privilégios, enquanto os pequenos proprietários eram assolados pela fome e carestia. Já a Revolução Industrial foi palco da política mercantilista praticada pela Inglaterra, no sentido de proporcionar o acúmulo do capital. Iniciou-se, portanto, a produção de produtos manufaturados, que para serem produzidos precisava-se de trabalhadores. E no meio destes movimentos, que mexeram com a estrutura social, familiar e cultural das pessoas daquela época, surge a sociologia, que com o auxílio de grandes pensadores tentou e, ainda tenta, explicar os fenômenos que se constrói e se desconstrói dentro da sociedade.

O termo sociologia foi utilizado primeiramente com o filósofo francês Auguste Comte no seu Curso de Filosofia Positiva, em 1838, na tentativa de unificar os estudos relativos ao Homem, como a História, a Psicologia e a Economia.

Comte acreditava que as sociedades deveriam ser alvo de uma abordagem propriamente científica. Assim, uma nova área do conhecimento científico, voltada para o estudo e compreensão das leis gerais que regem o mundo social humano, deveria ser formada a partir dos princípios científicos das demais ciências da natureza. Seria por meio do método científico que as normas e as regras gerais dos fenômenos sociais seriam entendidas, o que nos daria o poder de intervir nos problemas sociais de forma a resolvê-los e eliminá-los de nossa convivência. Comte chamou essa nova ciência de Sociologia.

No decorrer do tempo, entretanto, os estudos sociológicos mudaram, pois, entendeu-se que nossa sociedade não possui regras fixas ou leis pétreas que regem os fenômenos sociais, o que, entretanto, não invalida os esforços iniciais de Comte. É pelo trabalho sociológico que podemos entender a complexidade de nosso mundo, ainda que sem conseguir determinar leis fundamentais. As regularidades de nosso comportamento e os aparatos sociais construídos para sustentar nossa convivência são objetos passíveis de observação e estudo, de forma que entendê-los é parte do esforço para entendermos a nós mesmos.

A Revolução Francesa

A Revolução Francesa, que ocorreu no ano de 1789, é o evento que, segundo alguns autores, inaugura a chamada Idade Contemporânea. Os historiadores do século XIX, que fizeram a linha divisória da História, imputaram a este acontecimento o caráter

de marco divisor entre a Idade Moderna e a Contemporânea, por conta da radicalização política que o caracterizou. Para se entender a Revolução Francesa é necessário conhecer um pouco da situação econômica e social da França do século XVIII.

A Revolução Francesa se trata de uma série de acontecimentos no período de 5 de maio de 1789 e 9 de novembro de 1799, que mudaram o cenário político e social da França.

A França, em 1789, era um país falido. Os exageros da corte, os gastos excessivos com guerras, a indisposição com a Inglaterra e os privilégios dispensados ao clero e à nobreza, fizeram aumentar a insatisfação da população.

A sociedade civil era dividida entre o clero, a nobreza e a burguesia, essa última, formada por parte da população que pagava impostos. Esse impostos eram altos, e serviam para custear a boa vida da corte, do clero e da nobreza. Esse foi um dos motivos que levaram a população a se revoltar.

A incapacidade do rei no governo também motivou a revolução. Além de levar o país à falência com a péssima administração econômica, ele ainda controlava os tribunais e fazia condenações injustas, de acordo com a sua vontade. Os presos eram levados à fortaleza da Bastilha, que depois foi invadida pela população.

Com tantas injustiças, a população se revoltou contra o rei e seu poder absoluto. As principais reivindicações eram o fim dos privilégios que o clero e a nobreza desfrutavam e a instauração da igualdade civil.

O movimento teve o apoio dos burgueses, que viam a má administração como um empecilho para o desenvolvimento do capitalismo. Vários intelectuais também denunciavam a situação, e buscavam conscientizar as pessoas.

As principais causas da Revolução Francesa foram as seguintes:

- ✓ A crise financeira sofrida pelo país antes da revolução (uma das principais causas);
- ✓ Os envolvimento da França na Guerra de Independência dos Estados Unidos, além da participação e derrota na Guerra dos Sete Anos;
- ✓ O regime político do país, que era governado pelo absolutismo do rei;
- ✓ A ascensão da classe burguesa, que desejava mais liberdade em relação ao comércio e o fim dos altos impostos;
- ✓ O movimento cultural e intelectual iluminista, que buscava a reforma social e o fim dos pensamentos medievais;

Fases da Revolução Francesa

A revolução francesa pode ser dividida em fases, e uma série de medidas que motivaram ainda mais a revolução. A primeira fase foi marcada pela convocação da Assembleia dos Estados Gerais, em 5 de maio de 1789, pelo rei Luís XVI. Os estados eram o clero, como 1º estado, a nobreza como 2º, e os representantes da maioria da população, que eram deputados do 3º estado.

O principal motivo dessa convocação era a preocupação do rei em relação à situação econômica do país. Ele propôs a criação de um novo imposto, a ser cobrado do 1º e 2º estado, mas isso gerou revolta entre os membros do clero e da nobreza, que votaram, obviamente, contra esse novo imposto.

Como consequência, uma nova votação foi realizada, para cobrar mais impostos do 3º estado. Como cada estado tinha direito somente a um voto, e não era por representante, essa proposta venceu com dois votos a favor, do 1º e 2º estado e um voto contra do 3º estado, que afinal, era a parcela da população que já sofria com as cobranças abusivas.

A reação dos representantes do 3º estado foi de exigir que a votação fosse por representante, mas foi negada pelo rei. Com a rejeição, o 3º estado então se auto proclamou Assembleia Geral Nacional. Com isso, as decisões não seriam mais votadas entre os estados. O rei ficou surpreso com a audácia, e determinou o fechamento da sala onde ocorria assembleia.

Os deputados do 3º estado então se reuniram em uma sala onde a nobreza costumava participar de jogos, e decidiram que ficariam ali reunidos até instauração de uma constituição. Após esse evento, a população invadiu a fortaleza de Bastilha em Paris, em 1789, com o objetivo de demonstrar simbolicamente a queda do absolutismo.

A Queda de Bastilha foi o evento máximo e decisivo para o início da Revolução Francesa, pois era a prisão para a qual o rei enviava injustamente os condenados. Foi um evento tão importante, que até hoje o dia de 14 de julho é um feriado nacional, comemorado na França como a “Festa da Federação”.

Após a invasão de Bastilha, a Assembleia Geral Nacional se transformou em Assembleia Constituinte, onde os deputados elaboraram uma constituição que determinou o fim dos privilégios feudais e de nascimento, a igualdade de todos perante a lei e a garantia de propriedade. Foi feito um juramento, que deu origem ao lema da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade.

Em 1791, foi votada e aprovada a constituição que estabelecia a Monarquia Parlamentar e limitava o poder do rei pela atuação do parlamento, que era formado por uma parte da burguesia. Na prática, o poder continuava nas mãos de uma minoria privilegiada.

O povo francês ainda permanecia sob os abusos dos impostos, e isso gerou uma radicalização do movimento revolucionário. O fim dessa fase marca o momento mais tenso da Revolução Francesa, quando a população é convocada para lutar contra o conservadorismo que dominava a Assembleia.

Segunda fase da Revolução Francesa

A segunda fase é considerada a mais popular do movimento. Os burgueses haviam proclamado uma república – a República Girondina, em setembro de 1792, transferindo o poder do rei para a própria burguesia, dando fim à monarquia.

O rei Luís XVI e a rainha Maria Antonieta buscavam reestabelecer o poder, e para isso se aliaram à Áustria, que tinha intenções de invadir a França. Os burgueses descobriram e prenderam Luís XVI e Maria Antonieta, acusados de traição. Luís XVI foi condenado e morreu em janeiro de 1793 na guilhotina, e em setembro do mesmo ano, Maria Antonieta foi decapitada.

Com isso, o movimento revolucionário, agora mais popular, crescia cada vez mais, e era liderado pelo grupo chamado de Jacobinos. Em um cenário de guerra civil, os Jacobinos conseguiram derrubar os Girondinos do poder, e instituíram uma nova constituição, em 1793. Entre os pontos mais importantes da constituição, estavam alguns princípios que agradavam as classes populares:

- ✓ Extinção da escravidão negra nas colônias francesas;
- ✓ Criação do Tribunal Revolucionário, que julgava os contrários a revolução, que eram condenados à guilhotina;
- ✓ A reforma Agrária, que confiscava as terras do clero e da nobreza, dividindo-os em lotes para serem vendidos aos camponeses, que podiam pagar em 10 anos;
- ✓ A organização do Comitê de Salvação Pública, formado pelos responsáveis do poder executivo, e o Comitê de Segurança Pública, responsável por investigar os suspeitos de traição;
- ✓ Venda de bens públicos e de emigrados para reestabelecer a economia pública;
- ✓ A Lei do Preço Máximo, estabelecendo um teto para salários e preços de produtos;
- ✓ O Sufrágio Universal, que determinava que todos os cidadãos homens maiores podiam votar.

Apesar de agradar a maioria da população, o governo dos Jacobinos se tornou ditatorial. Eles decidiram que, para se estabelecer uma democracia e garantir as conquistas instituídas, era necessário impor o poder à população, e condenar os suspeitos de traição à guilhotina.

Esse período ficou conhecido como a Era do Terror, e teve como líder supremo o jacobino Maximilien Robespierre. Foi o momento da Revolução Francesa que mais se utilizou a guilhotina, até mesmo líderes jacobinos próximos a Robespierre foram guilhotinados.

O caráter repressor do novo governo motivou os Girondinos a articularem um golpe de estado, que daria origem à terceira fase da Revolução Francesa.

Terceira fase da Revolução Francesa

Na terceira fase, o Comitê de Salvação Pública condena Robespierre e outros líderes jacobinos à morte, dando fim à Era do Terror em 27 de julho de 1794. Essa data ficou conhecida como “9 do Termidor”, e caracterizou o golpe que retornaria os Girondinos ao poder. Era o fim da participação popular na Revolução Francesa.

O novo governo foi denominado Diretório, e foi responsável por elaborar a nova constituição. Com o apoio do exército, o governo Diretório manteria a burguesia protegida da república jacobina e do antigo regime.

Apesar disso, as outras camadas sociais não respeitavam o governo, os burgueses mais influentes percebiam os riscos de uma queda do Diretório diante dos inimigos internos e externos. Eles acreditavam que era necessária uma intervenção militar para manter a ordem e os lucros.

O general francês mais popular da época, Napoleão Bonaparte, que havia retornado do Egito, teve o apoio de alguns diretores e de toda a burguesia para extinguir o Diretório e instaurar o Consulado. Esse golpe, que ocorreu em 9 de novembro de 1799, ficou conhecido como “18 de Brumário”, e deu início à era napoleônica na França.

A Revolução Francesa foi um dos acontecimentos mais conturbados da História e uma das mais importantes revoluções, que estimulou o início da Idade Contemporânea.

A Revolução Industrial

A Revolução Industrial foi um processo de grandes transformações econômico-sociais que começou na Inglaterra no século XVIII e se espalhou por grande parte do hemisfério norte durante todo o século XIX e início do século XX.

O processo histórico que levou à substituição das ferramentas pelas máquinas, da energia humana pela energia motriz e do modo de produção doméstico pelo sistema fabril constituiu a Revolução Industrial.

O advento da produção em larga escala mecanizada deu início às transformações dos países da Europa e da América do Norte em nações predominantemente industriais, com suas populações cada vez mais concentradas nas cidades.

Causas da Revolução Industrial

A expansão do comércio internacional dos séculos XVI e XVII trouxe um extraordinário aumento da riqueza, permitindo a acumulação de capital capaz de financiar o progresso técnico e o alto custo da instalação nas indústrias.

A burguesia europeia, fortalecida com o desenvolvimento dos seus negócios, passou a investir na elaboração de projetos para aperfeiçoamento das técnicas de produção e na criação de máquinas para a indústria.

Logo, verificou-se que maior produtividade e maiores lucros para os empresários poderiam ser obtidos acrescentando-se o emprego de máquinas em larga escala.

Consequências da Revolução Industrial

O longo caminho de descobertas e invenções foi uma forma de distanciar os países entre si, no que diz respeito ao poder econômico e político, pois nem todos se industrializaram, permanecendo na condição de fornecedores de matérias primas e produtos agrícolas para os países industrializados.

Fases da Revolução Industrial

Foi na Inglaterra que tudo começou e por isso a Revolução Industrial Inglesa foi pioneira na Europa e no mundo. A Inglaterra, possuía capital, estabilidade política e equipamentos necessários para tomar a dianteira do avanço da Indústria.

✓ Primeira Revolução Industrial

A Primeira Revolução Industrial que ocorreu em meados do século XVIII e do século XIX teve como principal característica o surgimento da mecanização que operou significativas transformações em quase todos os setores da vida humana.

Na estrutura socioeconômica, fez-se a separação definitiva entre o capital, representado pelos donos dos meios de produção, e o trabalho, representado pelos assalariados, eliminando-se a antiga organização corporativa da produção utilizada pelos artesãos.

Submetidos à remuneração, condições de trabalho e de vida sub-humanas, em oposição ao enriquecimento dos patrões, os trabalhadores associaram-se em organizações trabalhistas como as *trade unions* (sindicatos) fomentando ideias diante do quadro social da nova ordem industrial.

A Revolução Industrial estabeleceu a definitiva supremacia burguesa na ordem econômica, ao mesmo tempo que acelerou o êxodo rural, o crescimento urbano e a formação da classe operária.

Era o início de uma nova época, onde a política, a ideologia e a cultura gravitavam em dois polos: a burguesia industrial e o proletariado.

A mecanização se estendeu do setor têxtil para a metalurgia, para os transportes, para a agricultura e para os outros setores da economia.

As fábricas empregavam grande número de trabalhadores. Todas essas inovações influenciaram a aceleração do contato entre culturas e a própria reorganização do espaço e do capitalismo.

Nessa fase o Estado passou a participar cada vez mais da economia, regulando crises econômicas e o mercado e criando uma infraestrutura em setores que exigiam muitos investimentos.

✓ Segunda Revolução Industrial

A partir do final do século XIX, período conhecido como a fase da livre concorrência fica para trás e o capitalismo se tornava cada vez menos competitivo e mais monopolista. Empresas ou países monopolizavam o comércio. Era a fase do capitalismo financeiro ou monopolista, marcada pela Segunda Revolução Industrial.

Desde então se estabeleciam as bases do progresso tecnológico e científico, visando a invenção e o constante aperfeiçoamento dos produtos e técnicas, para melhor desempenho industrial.

Abriam-se as condições para o imperialismo colonialista e a luta de classes, formando as bases do mundo contemporâneo.

✓ Terceira Revolução Industrial

O ponto culminante do desenvolvimento industrial, em termos de tecnologia, teve início em 1950 (meados do século XX) com o desenvolvimento da eletrônica, que permitiu o desenvolvimento da informática e a automação das indústrias. Essa fase de novas descobertas caracterizou a Terceira Revolução Industrial ou revolução científica e tecnológica.

Émile Durkheim e o fato social

A corrente sociológica positivo-funcionalista, fundada por Comte, foi mais tarde desenvolvida por Émile Durkheim.

Émile Durkheim, foi na verdade o primeiro a estabelecer um método sociológico e a definir o objeto de análise dessa disciplina, é por isso que ele também é considerado um dos pais da Sociologia. Assim como Comte, Durkheim também pretendia entender a sociedade e seus problemas para evitar crises e revoltas sociais. O problema que mais o inquietava era o da anomia social, ou seja, a falta de solidariedade e o crescimento do individualismo. Ele também foi responsável por conceituar o fato social enquanto saber coletivo, formas de agir e pensar, que coagem os indivíduos.

O que é um fato social? Essa é a pergunta que dá nome ao primeiro capítulo de *As regras do método sociológico*, publicado em 1895 por Émile Durkheim. A maior preocupação de Durkheim era definir um método que fosse próprio da Sociologia, que a diferenciasse de todas as outras áreas do conhecimento. Para isso, foi preciso especificar seu objeto de estudo, que é justo o fato social. Fatos sociais são formas de agir, de pensar e de sentir que se generalizam, isso é, se repetem em todos os membros de uma sociedade ou de uma comunidade específica. Nem todo hábito que se repete, entretanto, pode ser considerado um fato social. Dormir e comer, por exemplo, são ações que todos nós praticamos, mas fazem parte do universo biológico – são portanto, assunto para as Ciências Naturais. Ademais da generalidade, duas características centrais definem a essência dos fatos sociais: a sua capacidade de coerção e sua externalidade em relação ao indivíduo.

Independentemente da nossa vontade, os fatos sociais se impõem sobre nós. São comportamentos e hábitos que parecem emanar da nossa vontade pessoal, mas que na verdade são impostos. Se nós não sentimos essa imposição é porque estamos tão habituados a eles que a força não se faz necessária. Basta transgredir o que está determinado pelo fato social que logo sentimos seu poder de contenção. Muitas vezes, essas formas de agir e pensar estão traduzidas em um conjunto de normas oficiais, como as leis. Nesse caso a coerção se dá de forma clara e ostensiva, através de penalidades. Há, no entanto, outras formas de coerção mais sutis e menos violentas (mas que nem por

isso deixam de existir). A moda é um exemplo disso. Você pode, por livre e espontânea vontade, se vestir de uma forma totalmente esdrúxula, enrolado em lençóis, por exemplo. Ninguém irá te prender, mas com certeza você se sentirá constrangido por olhares de repressão e zombaria. Isso é coerção, uma vez que a forma como nos vestimos se constitui como um fato social. Se ainda restam dúvidas sobre a existência dessa coerção, basta olhar para a escola, que é, segundo Durkheim, a responsável por forçar uma série de comportamentos que as crianças nunca teriam espontaneamente. A pressão que os alunos sentem na escola é a própria pressão exercida pela sociedade, sendo o professor apenas um intermediário.

Além do poder de exercer coerção, a outra característica que define o fato social é que a sua existência independe do indivíduo, é exterior a ele. Os princípios religiosos que seguimos, o papel e as obrigações que cumprimos em nossas famílias, o sistema monetário que utilizamos, a forma como se organizam nossos locais de trabalho, o jeito que estudamos, a maneira como nos sentimos em relação a morte – tudo isso estava definido antes do nosso nascimento. Esses comportamento – vulgo fatos sociais – não se repetem necessariamente em toda a sociedade, mas podem ser próprios de algumas comunidades específica; países, congregações religiosas ou mesmo grupos de afinidade (musical, por exemplo). Para nós, que vivemos em uma sociedade centrada no individualismo, pode parecer duro reconhecer a existência de algo que impacta nossa autonomia. Queremos acreditar que tudo o que fazemos é por livre escolha, mas basta observar a sociedade com critério e vemos como as formas de pensar, de sentir e de se comportar se repetem. Quando estudamos uma cultura diferente da nossa, os fatos sociais ficam mais nítidos, pois observamos que o que para nós é estranho, para uma outra comunidade está estabelecido culturalmente, como um hábito comum que se reproduz independente da vontade de seus membros.

Karl Marx

Karl Marx (1818-1883) foi um intelectual e revolucionário alemão, fundador da doutrina comunista moderna, atuou como economista, filósofo, historiador, teórico político e jornalista e foi o mais revolucionário pensador sociológico.

Marx concebe a sociedade dividida em duas classes: a dos capitalistas que detêm a posse dos meios de produção e o proletariado (ou operariado), cuja única posse é sua força de trabalho a qual vendem ao capital. Para Marx, os interesses entre o capital e o trabalho são irreconciliáveis, sendo este debate a essência do seu pensamento, resultando na concepção de uma sociedade dividida em classes. Assim, os meios de produção resultam nas relações de produção, formas como os homens se organizam para executar a atividade produtiva. Tudo isso acarreta desigualdades, dando origem à luta de classes.

Marx foi um defensor do comunismo, pois essa seria a fase final da sociedade humana, alcançada somente a partir de uma revolução proletária, acreditando assim na ideia utópica de uma sociedade igualitária ou socialista.

Max Weber

Max Weber (1864-1920) foi um intelectual alemão, jurista, economista e considerado um dos fundadores da Sociologia e é o pensador mais recente dentre os três, conhecedor tanto do pensamento de Comte e Durkheim quanto de Marx. Assim, ele entende que a sociedade não funciona de forma tão simples e nem pode ser harmoniosa como pensam Comte e Durkheim, mas também não propõe uma revolução como faz Marx, mas afirma que o papel da Sociologia é observar e analisar os fenômenos que ocorrem na sociedade, buscando extrair desses fenômenos os ensinamentos e sistematizá-los para uma melhor compreensão, é por isso que sua Sociologia recebe o nome de compreensiva.

Weber valorizava as particularidades, ou seja, a formação específica da sociedade; entende a sociedade sob uma perspectiva histórica, diferente dos positivistas.

Um dos conceitos-chaves da obra e da teoria sociológica de Weber é a ação social. A ação é um comportamento humano no qual os indivíduos se relacionam de maneira subjetiva, cujo sentido é determinado pelo comportamento alheio. Esse comportamento só é ação social quando o ator atribui à sua conduta um significado ou sentido próprio, e esse sentido se relaciona com o comportamento de outras pessoas.

Weber também se preocupou com certos instrumentos metodológicos que possibilitassem ao cientista uma investigação dos fenômenos particulares sem se perder na infinidade disforme dos seus aspectos concretos, sendo que o principal instrumento é o tipo ideal, o qual cumpre duas funções principais: primeiro a de selecionar explicitamente a dimensão do objeto a ser analisado e, posteriormente, apresentar essa dimensão de uma maneira pura, sem suas sutilezas concretas.

Em suma: a Sociologia de Comte e Durkheim são positivistas; a de Marx é revolucionária e a de Max Weber é compreensiva. E nisto talvez esteja a principal diferença entre esses quatro grandes pensadores da Sociologia.

A maioria de nós vê o mundo a partir de características familiares a nossas próprias vidas. A sociologia mostra a necessidade de assumir uma visão mais ampla sobre por que somos como somos e por que agimos como agimos. Ela nos ensina que aquilo que encaramos como natural, inevitável, bom ou verdadeiro, pode não ser bem assim e que os “dados” de nossa vida são fortemente influenciados por forças históricas e sociais. Entender os modos sutis, porém complexos e profundos, pelos quais nossas vidas individuais refletem os contextos de nossa experiência social é fundamental para a abordagem sociológica.

Por que se diz que a sociologia trata do que todo mundo sabe? Nos fazemos as mesmas perguntas que a sociologia faz e identificamos os problemas nelas envolvidos. Será mesmo que a sociologia usa uma linguagem que ninguém entende?

Sem dúvida, a sociologia trata de questões que reconhecemos, mas com uma linguagem própria, diferente daquela que estamos acostumados a usar na vida cotidiana.

A sociologia emprega uma maneira de falar e de se escrever distinta da que utilizamos para emitir nossas opiniões pessoais. É que a sociologia se expressa por meio

de conceitos, ou seja, noções formuladas de modo deliberado e preciso, e não por meio de noções do senso comum, ou seja, ideias recebidas e comumente admitidas como verdades.

A sociologia nos ajuda a refletir sobre as certezas que temos, põe sob observação nossas opiniões mais arraigadas. É um campo do conhecimento que modifica nossa percepção sobre o que vivemos em nossa rotina e assim contribui para alterar a maneira de vermos nossa própria vida e o mundo que nos cerca.

A sociologia se debruça sobre fenômenos sociais que nos afetam em nosso dia a dia. Esses fenômenos muitas vezes nos provocam indagações. Por que a vida em sociedade é como é? Por que uns têm tantos e outros tão pouco? Por que obedecemos ou contestamos? Por que as pessoas se unem ou se tornam rivais? O que nos é proibido e o que nos é imposto como obrigação? Por que os governos se organizam de uma forma e não de outra? Essas e outras questões volta e meia nos intrigam, mesmo que não falemos delas refletidamente.

Imaginação sociológica nos permite ver que muitos eventos que parecem dizer somente respeito a indivíduo, na verdade, refletem questões mais amplas. O divórcio é também um problema público numa sociedade, visto que é grande esse número e vários são os motivos para este fim. Na Grã-Bretanha, por exemplo, um terço de todos os casamentos termina dentro de dez anos. O desemprego, para usar outro exemplo, pode ser uma tragédia pessoal para alguém despedido de um emprego e inapto para encontrar outro. Mesmo assim, isso vai bem além de uma questão geradora de aflição pessoal, se consideramos que milhões de pessoas numa sociedade estão na mesma situação: é um assunto público, expressando amplas tendências sociais.

Essa operação – em que deixamos de lado as aparências imediatas das coisas para compreender o contexto amplo em que estão inseridas – é o que chamamos de imaginação sociológica. Ao abordar o ato, aparentemente efêmero, de tomar uma xícara de café, Anthony Giddens nos dá um exemplo interessante do exercício dessa imaginação. De quantos ângulos sociológicos podemos abordar esse gesto cotidiano? Em primeiro lugar, poderíamos dizer que as pessoas se reúnem para tomar café em um ritual social, que tem muito mais a ver com a socialização do que com o café em si. Poderíamos refletir também sobre o fato de que a cafeína, bem como o álcool, são substâncias aceitas no ocidente, ao passo que outras culturas condenam seu uso e não apresentam restrições com outras drogas. Um sociólogo também poderia discutir as relações de produção implicadas no cultivo e comércio do café, que interligam diferentes regiões do globo, sendo um produto cultivado em países pobres e distribuído em sua melhor qualidade aos países desenvolvidos. Por fim, poderíamos ainda pensar nos estilos de vida que se organizam ao redor do hábito de tomar café, como a tendência, por exemplo, de consumir café orgânico como forma de estimular a agricultura sustentável. Enfim, as possibilidades da imaginação sociológica são infinitas quando passamos a entender que escolhas aparentemente individuais refletem questões amplas. O que fazemos ou deixamos de fazer diz muito sobre o ambiente social que habitamos.

Embora sejamos influenciados pelos contextos sociais em nos encontramos, nenhum de nós está simplesmente determinado em nosso comportamento por aqueles contextos. Possuímos e criamos nossa própria individualidade. É trabalho da sociologia investigar as conexões entre o que a sociedade faz de nós e o que nós fazemos de nós mesmos. Nossas atividades tanto estruturam, modelam, o mundo social ao nosso redor como, ao mesmo tempo, são estruturadas por esse mundo social.

As classes sociais

Esse é um dos conceitos centrais na Sociologia e, por isso mesmo, é um dos mais discutido e também um dos que acaba ganhando mais definições diferentes. Para fins de pesquisa, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) classifica a população brasileira em cinco classes sociais, de A a E, cada uma delas agregando famílias de renda mensal semelhante. Esse tipo de classificação é bastante utilizado pelo mercado, que desenvolve suas pesquisas e produtos baseados nos hábitos e possibilidades de consumo de cada faixa salarial. Na linguagem comum, outras ideias parecidas surgem quando se fala, por exemplo, na classe “dos mais necessitados” ou naquela dos “mais privilegiados”. Essas ideias não estão necessariamente equivocadas, porém, para a Sociologia, a questão é um tanto mais complexa.

Classe social é um termo usado para dar a ideia de que existem distâncias sociais significativas na sociedade. Isso quer dizer que indivíduos e grupos são diferentes entre si e ocupam lugares diferentes na sociedade. Entretanto, sociologicamente, não se pode falar em classes sociais sem pontuar a existência de relações desiguais entre elas. Na prática, isso quer dizer que há sempre uma relação de dominação entre uma classe e outra. A diferença na possibilidade de acesso ao poder político, ao poder econômico, aos bens culturais, a educação e, outros prestígios valorizados em nossa sociedade, marcam a diferença entre as classes sociais.

A rigor, podemos dizer que as classes sociais só existem e só podem ser compreendidas dentro de seu caráter relacional. Isso significa que uma classe só existe em relação a outra, da mesma forma que você não pode dizer que uma cidade é longe sem ter um ponto de referência para dizer aquilo que é perto. Logo, não se pode falar, por exemplo, em “classe dominante” sem a existência de uma “classe dominada”. A própria sociedade só pode ser entendida enquanto um emaranhado de relações, onde uma coisa só existe em relação a outra. Além disso, as classes sociais são compostas por grupos, famílias e indivíduos, mas existem independentemente de suas vontades, ainda que influencie as formas como esses grupos e sujeitos pensam e como atuam na sociedade.

Se a noção de classe social serve, principalmente, para marcar as distâncias e desigualdades reais que existem entre diferentes partes da sociedade, ela abarca também uma ideia de conflito de interesses. É no pensamento marxista que esses choques foram melhor explorados como questão central para entender a modernidade. Para Marx e Engels a história de todas as sociedades é a história destes conflitos

fundamentais, o qual eles chamam de luta de classes. Segundo essa lógica, para compreender a história seria necessário investigar como, em diferentes épocas, as classes mais e menos privilegiadas entraram em confronto para garantir seus interesses. Para o pensamento marxista, na época moderna – que se iniciou após a industrialização e o estabelecimento do capitalismo – esta luta se dá principalmente entre a burguesia e o proletariado. A classe dominante de um tempo, segundo o pensamento marxista, por controlar a economia, controla também todos os outros aspectos da vida social, dominando os aparatos políticos e jurídicos e exercendo seu domínio no campo das ideias, isso é, definindo a ideologia hegemônica.

Entre os dois polos extremos – compostos por dominantes e dominados – encontramos níveis intermediários, onde se encontra o que alguns chamam de classe média. A definição do que é e como se comporta a classe média é também um grande tema de debate da Sociologia, sendo que, em alguns contextos, sua própria definição pode ser alvo de disputa política.

A capacidade humana de se socializar

A humanidade se encontra em constante evolução, sendo sua tendência natural abandonar a ideologia do egocentrismo (aquele que considera seu próprio "eu" como o centro de tudo). Os seres humanos, por mais que se acham autossuficientes, necessitam de seus semelhantes para sobreviver, criar formas de expressão cultural, comunicar-se, perpetuar a espécie e obter realização plena como indivíduos. O que forma o caráter humano nos indivíduos da espécie humana é a convivência em grupo. A convivência social desde o surgimento da humanidade possui em seu contexto a competição pelos bens, competição essa que jamais terá fim, unicamente pelo fato de cada pessoa constituir um universo próprio de desejos maternos, cuja necessidade de regras gerais é a de definir limites que proporcionem a invasão dos direitos de cada indivíduo. E é a sociabilidade que capacita naturalmente o ser humano para a convivência em sociedade, desenvolvendo-se pelo meio da socialização.

É por meio da socialização que a espécie humana se integra entre si ao grupo em que nasceu, absorvendo o conjunto de hábitos, costumes e regras característicos de seu grupo. Nossa socialização acontece quando participamos da vida em sociedade, assimilando todas as suas principais características. Tendo por definição que quanto mais coerente for a socialização, mais sociável ele tenderá a ser. Com a constante evolução humana, a forma atual de sociabilidade absorve características diferentes da sociedade antes do século XXI. O tribalismo é uma das formas de expressão dos novos tipos de sociabilidade. Exemplos de tribos são os punks, os surfistas, os skinheads, as torcidas organizadas de futebol, gangues da periferia urbana, ente outros. São as afinidades ou interesses momentâneos em comum que fazem com que se reúnam. São diversas as tribos que estão surgindo conforme a evolução da sociedade e as tecnologias do século XXI, uma das mais polêmicas é a das comunidades virtuais que habitam o ciberespaço, dando origem a um novo tipo de sociabilidade. Enfim, tudo o que envolve a sociabilidade

e a socialização depende da identificação e da predisposição de cada indivíduo, sendo da natureza humana a necessidade de estar e participar de um grupo social.

Como a sociologia pode ajudar em nossas vidas?

A sociologia tem muitas implicações práticas para as nossas vidas. Primeiramente, a sociologia nos permite ver o mundo social a partir de outros pontos de vista que não o nosso. Com frequência, se compreendemos propriamente como os outros vivem, também adquirimos melhor entendimento de quais são seus problemas. Políticas práticas que não são baseadas numa consciência bem informada dos modos de vida das pessoas afetadas por elas têm poucas chances de sucesso. Assim, um assistente social branco, operando numa comunidade predominante negra, não ganhará a confiança de seus membros sem desenvolver uma sensibilidade às diferenças na experiência social, que, amiúde, separa brancos e negros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CODATO, Adriano; LEITE, Fernando. Baptista. Classe social. In: Heloisa Buarque de Almeida; José Szwako. (Org.) **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo_ Martin Claret, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

LALLEMENT, M. **História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

O que é Sociologia? Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sociologia/o-que-e-sociologia/>> Acesso em: 14 abr. 2017.